

Fernando Molica

O Rosebud de Donald Trump

Não é impossível que diante de novas estrepolias de Donald Trump, até mesmo líderes conservadores europeus tenham saudades da União Soviética. Extinta em 1991, implodida pelos seus próprios defeitos e limitações, a pátria-mãe do socialismo era uma ditadura — ditaduras são sempre indefensáveis — mas conseguia segurar delírios norte-americanos.

Com participação essencial na II Guerra Mundial — perdeu, pelo menos, 17 milhões de cidadãos, contra 292.000 dos Estados Unidos e 396.000 do Reino Unido —, a URSS saiu fortalecida na nova ordem mundial construída a partir de 1945. Seu poder econômico e sua capacidade bélica foram decisivos para servir de contraponto aos EUA. A guerra fria garantiu uma relativa paz, ainda que pontuada por diversos conflitos regionais.

A decadência e fim da URSS provocaram reações entusiasmadas por parte do Ocidente, muitos trataram de pintar um mundo róseo, pacífico, próspero e feliz, embalado pelo liberalismo da britânica Margaret Thatcher e do norte-americano Ronald Reagan.

Apressado, o filósofo e economista nipo-americano Francis Fukuyama comeu cru ao proclamar o fim da história — livre da ameaça comunista, a Terra teria prosperidade, liberdade, harmonia, todos seríamos felizes. Deu no que deu. Associado à revolução tecnológica, o capitalismo se expandiu de maneira ilimitada, banuiu empregos, concentrou riqueza, inteligência, informações e capital, desconheceu fronteiras, quebrou parâmetros clássicos de representação política, gerou infinitos focos de nacionalismo inspirados na tradição excludente e de viés religioso da extrema direita.

Trump é uma consequência quase inacreditável e caricatural de um poder que se revela supremo. De protetor do Ocidente, fiador da democracia

liberal e do modelo de livre comércio, os Estados Unidos perderam a vergonha. Sequer têm preocupação de disfarçar seus objetivos de dominação, nem repetem as baboseiras de defesa da democracia, da paz, da livre iniciativa.

Os EUA agem como uma criança pidona, manhosa, birrenta e cheia de poder. Trump quer a Groenlândia, o Prêmio Nobel da Paz, o petróleo da Venezuela. Maldito aquele que, há mais de 70 anos, negou ao pequeno Donald o equivalente ao Rosebud, o trenó perdido na infância por Charles Foster Kane no clássico e genial filme de Orson Welles.

O tão celebrado sistema de freios e contrapesos da democracia norte-americana revela-se frágil, incapaz de resistir ao avanço dos delírios nascidos na Casa Branca e cultivados pela maioria dos eleitores do país. A propalada Justiça do país demonstrou convivência com um ato ilegal, o sequestro do ex-presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, que continua preso mesmo depois de o governo norte-americano retirar a acusação de que ele integrava um inexistente cartel de traficantes.

Diante da ameaça diariamente renovada por Washington, o mundo reage com perplexidade e medo: como ao menos moderar a insaciável sede de poder da mais poderosa economia, do país que, de longe, tem a maior capacidade bélica? Como como domesticar ou botar pra ninar um bebê super-homem, que não perde a chance de mostrar sua força?

Talvez o jeito seja continuar a estabelecer contrapressões, criar embaraços, fazer protestos, ao menos dificultar o avanço do inimigo e contar com o tempo, com o avanço da história. Do outro lado do mundo, uma China que não quer saber de guerra, aproveita o escarcéu trumpista para crescer. A história não acabou, está sempre recomeçando.

Tales Faria

Interventor no RJ, general Braga Netto boicotou Jungmann

A morte de Raul Jungmann, 73 anos, neste domingo, 19, é uma enorme perda para o país e marca o empobrecimento da política. Originário do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ele fez carreira como um político democrata e gestor multitarefas com mais de 50 anos de vida pública.

Jungmann estava entre os mais jovens da geração de políticos que forjou a redemocratização do país entre os anos 1970 e 1990, ao lado de Ulysses Guimarães, Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Tancredo Neves e outros.

Foi ministro por quatro vezes, nas pastas da Defesa, do Desenvolvimento Agrário, da Política Fundiária, e da Segurança Pública. Também atuou como deputado federal por três mandatos, e chefiou a Secretaria de Planejamento de Pernambuco.

Todo esse currículo, no entanto, não se mostrou suficiente para evitar ataques do general Braga Netto quando este assumiu como interventor federal na área de Segurança do Rio de Janeiro.

Como ministro da Defesa, Jungmann nada tinha a reclamar de Braga Netto, então seu subordinado. Mas a partir de 26 de fevereiro de 2018, quando assumiu o comando do Ministério da Segurança Pública, viu o general nomeado interventor no Rio se distanciar.

Os assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes em 14 de março daquele ano marcaram de-

finitivamente a separação entre os dois.

Jungmann desconfiava da infiltração de milicianos nas forças de segurança do Rio. Defendeu a entrada da Polícia Federal nas investigações. Já Braga Netto começou a chamá-lo de “boquirroto” Reclamou com o então presidente da República, Michel Temer. Atribuiu a Jungmann vazamentos de informações que supostamente estariam prejudicando as investigações.

Os dois chegaram e ter uma tensa reunião com o presidente Michel Temer a partir da qual a polícia do Rio e o próprio Braga Netto simplesmente passaram a boicotar o envio de informações para o ministro da Segurança Pública.

Jungmann se juntou à Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, na tentativa de federalizar as investigações, enquanto Braga Netto juntou-se a Rivaldo Barbosa, chefe da Polícia Civil do Rio, pela permanência do caso na Polícia estadual. Vale lembrar: Rivaldo Barbosa assumiu o cargo um dia antes do assassinato de Marielle e Anderson.

Em novembro de 2019, Rivaldo foi acusado pela Polícia Federal de ter recebido R\$ 400 mil para obstruir o caso. Em 24 de março de 2024, foi preso junto com os irmãos e políticos Chiquinho Brazão e Domingos Brazão, como um dos suspeitos de serem o mandantes dos assassinatos.

Thaís Cremasco*

120 minutos: a cronologia da falência estatal no combate ao feminicídio

O ano de 2026 mal havia começado quando, às duas horas da manhã do dia 1º de janeiro, o Brasil registrou sua primeira vítima de feminicídio. Bruna Aline Rodrigues de Souza, de 27 anos, foi assassinada a facadas em Bom Repouso, no interior de Minas Gerais. O crime ocorreu diante de sete crianças, incluindo os dois filhos da vítima. Apenas 120 minutos separaram o brinde de ano novo da consumação de uma tragédia anunciada. Horas depois, em São José dos Campos, Eva Sophia Santos Silva, de 16 anos, foi morta a facadas pelo ex-namorado em via pública, em um crime premeditado e filmado por câmeras de segurança.

Esses casos não são isolados, nem são “fatalidades”. O Brasil encerrou o último ciclo estatístico com o recorde sombrio de 1.492 feminicídios — o maior número desde a criação da lei em 2015. Isso significa que, em média, quatro mulheres são mortas por dia no país simplesmente por serem mulheres. O que os casos de Bruna e Eva revelam, contudo, é a continuidade de um sistema desenhado para falhar. O feminicídio é, muitas vezes, o capítulo final de uma cronologia de omissões estatais que ignoram os sinais claros de perigo.

A ineficiência do Estado torna-se gritante quando analisamos o abismo entre o papel e a realidade. No último ano, 121 mulheres foram mortas mesmo tendo medidas protetivas ativas. Ou seja: a vítima confiou no sistema, o Judiciário reconheceu o risco, mas não havia estrutura para fiscalizar o agressor. Estima-se que mais de 100 mil medidas protetivas sejam descumpridas anualmente no país sem que haja uma resposta punitiva ou preventiva imediata. Sem fiscalização real, como tornozeleiras eletrônicas e patrulhas Maria da Penha robustas, esses documentos tornam-se apenas “burocracia póstuma”.

É necessário desmistificar a ideia de que o problema é culturalmente insolúvel. A Espanha é o exemplo vivo de que a vontade política e o investimento orçamentário salvam vidas. O país europeu reduziu seus feminicídios em 60% em menos de duas décadas, atingindo a marca de apenas 29 casos em 2019. O segredo não foi apenas o rigor da lei, mas um pacto de Estado que envolveu um investimento de 1 bilhão de euros. Enquanto a Espanha criou sistemas integrados onde polícia e assistência social compartilham dados em tempo real, o Brasil ainda convive com delegacias da mulher que fecham justamente nos

momentos de maior risco: noites e finais de semana.

Há uma verdade incômoda que precisa ser dita no debate público: o feminicídio acaba sendo “barato” para o Estado brasileiro. É orçamentariamente mais simples deixar a tragédia ocorrer do que financiar delegacias 24 horas em todas as comarcas, treinar policiais sob a ótica de gênero e garantir programas de autonomia econômica que permitam à mulher romper o ciclo de violência. A omissão orçamentária é, em última análise, uma escolha política que custa vidas.

O perfil das vítimas também grita por atenção e políticas específicas. No Brasil, 63,6% das mulheres mortas são negras, e houve um salto preocupante de 30% nos casos envolvendo adolescentes de 12 a 17 anos. O crime ocorre, majoritariamente (64%), dentro de casa, e a arma branca ainda é o principal instrumento (48%). O agressor, em quase 90% dos casos, é o parceiro ou ex-parceiro. Ignorar esses recortes é formular políticas cegas que não atingem quem mais precisa.

A indignação social precisa se transformar em custo político. Precisamos cobrar de prefeitos a governadores: onde estão os recursos para a rede de proteção? Por que apenas uma fração das cidades possui casas-abrigo? A Europa reduziu sua taxa de feminicídio para 0,5 por 100 mil mulheres; o Brasil amarga 1,4 e segue subindo. A diferença não é apenas cultural, é de prioridade de gestão.

O feminicídio é um crime evitável. Ele é precedido por ameaças, por violência psicológica e por descumprimentos de ordens judiciais. Quando uma mulher é morta 120 minutos após o início de um novo ano, o Estado brasileiro assina sua confissão de negligência. O enfrentamento a essa barbárie exige que o combate à violência de gênero deixe de ser uma pauta de “casos de polícia” e passe a ser tratada como urgência de direitos humanos e responsabilidade fiscal. Sem investimento, a contagem regressiva para a próxima morte não parará.

***Advogada, especialista em Gênero e Saúde da Mulher pela Universidade de Stanford (EUA) e Conselheira da OAB/SP. Integra a delegação brasileira na OIT (Genebra), coordena o Núcleo de Violência contra a Mulher da OAB/SP e é cofundadora do Coletivo Mulheres pela Justiça. É professora de pós-graduação em Direito.**